

# Superior Tribunal de Justiça

## CARTA ROGATÓRIA Nº 14.768 - DE (2019/0195614-4)

**RELATOR** : **MINISTRO PRESIDENTE DO STJ**  
**JUSROGANTE** : TRIBUNAL REGIONAL DE DÜSSELDORF  
**INTERES.** : E F R  
**ADVOGADOS** : MÁRCIA AYRES DA SILVA - TO001724  
GRAZIELA TAVARES DE SOUZA REIS - TO001801  
**PARTE** : T K  
**A.CENTRAL** : MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA

### DECISÃO

Trata-se de carta rogatória por meio da qual a Justiça alemã solicita que se proceda à notificação de E. F. R. de sentença proferida em ação civil sobre direitos autorais.

O interessado solicita concessão de prazo para efetuar o pagamento dos valores ao qual foi condenado. Informa que já providenciou recurso na Justiça rogante (fls. 81-84).

O Ministério Público Federal opina pelo deferimento do prazo e pela devolução do processo à origem, já que cumprida a diligência rogada (fl. 86).

É o relatório. Decido.

**Defiro o pedido do interessado e concedo-lhe o prazo de 30 dias.**

O objeto da presente carta rogatória não atenta contra a soberania nacional, a dignidade da pessoa humana e/ou a ordem pública, razão pela qual, com fundamento no art. 216-O, c/c o 216-P do Regimento Interno do STJ, **concedo o exequatur.**

Diante do comparecimento espontâneo da parte interessada (fls. 81-84), considero consumado o objeto da comissão, sendo desnecessária a remessa dos autos à Justiça Federal, conforme demonstra o seguinte precedente:

CARTA ROGATÓRIA. AGRAVO REGIMENTAL. INTIMAÇÃO PRÉVIA FEITA VIA POSTAL COM AVISO DE RECEBIMENTO ASSINADO PELO PRÓPRIO INTERESSADO. DEVOLUÇÃO DOS AUTOS À JUSTIÇA ROGANTE ANTE O CUMPRIMENTO DA DILIGÊNCIA.

I - Na fase de intimação prévia, é enviada ao interessado cópia integral da comissão rogatória.

II - No caso, o Aviso de Recebimento foi assinado pelo próprio interessado, o que leva à conclusão de que ele tomou conhecimento de todos os termos da rogatória em questão.

# *Superior Tribunal de Justiça*

III - Assim, tendo o interessado tomado conhecimento do processo em trâmite no juízo rogante, foi consumado o objeto da diligência, não havendo, portanto, necessidade de envio dos autos à Justiça Federal. Agravo regimental desprovido. (AgRg na CR n. 9.599/EX, relator Ministro Francisco Falcão, Corte Especial, DJe de 12/6/2015, grifei.)

Assim, com fundamento no art. 216-X do RISTJ, após o decurso do prazo concedido, devolvam-se os autos à Justiça rogante por intermédio da autoridade central competente, independentemente do trânsito em julgado.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA  
Presidente

